

DESIGUALDADES REGIONAIS NUM CONTEXTO INSULAR: análise de Cabo Verde a partir de David Harvey

Regional inequalities in an insular context: analysis of Cape Verde
based on David Harvey

Desigualdades regionales en un contexto insular: análisis de Cabo
Verde basado en David Harvey

Ivete Helena Ramos Delgado Silves Ferreira

Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Pernambuco (UFPE)

Servidora da Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
ivetefer@gmail.com

Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira

Doutor em Ciências Sociais

Docente da Escola de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade de Cabo Verde
(UniCV)

vladmir.ferreira@adm.unicv.edu.cv

Resumo

Este artigo pretende refletir sobre a questão das desigualdades regionais e urbanas, apoiando-se nas contribuições de David Harvey e da teoria de desenvolvimento geográfico desigual, servindo-se de suporte para uma reflexão de como Cabo Verde, pequeno país insular localizado na costa ocidental africana, tem gerido as suas disparidades, face as recentes transformações que tem ocorrido no mundo moderno capitalista, destacando-se para isso, o papel do Estado, enquanto suposto garante do bem estar social.

Palavras chaves: Desigualdade regional e urbano. Papel do Estado. Capitalismo. Urbanização. Cabo Verde

Abstract

This article intends to reflect on the question of regional and urban inequalities, based on David Harvey's contributions and the theory of uneven geographic development, as a basis for reflection on how Cape Verde, a small island country located on the west coast of Africa, has managed its disparities, given the recent transformations that have taken place in the modern capitalist world, highlighting for this, the role of the State, as a supposed guarantor of social welfare.

Keywords: Regional and urban inequality. Role of the State. Capitalism. Urbanization. Cape Verde

Resumen

Este artículo pretende reflexionar sobre la cuestión de las desigualdades regionales y urbanas, apoyándose en las contribuciones de David Harvey y de la teoría de desarrollo geográfico desigual,

serviéndose de apoyo para una reflexión de cómo Cabo Verde, pequeño país insular situado en la costa occidental africana, ha gestionado sus disparidades, frente a las recientes transformaciones que ha ocurrido en el mundo moderno capitalista, destacándose para ello, el papel del Estado, como supuesto garante del bienestar social.

Palabras clave: Desigualdad regional y urbana. Papel del Estado. Capitalismo. Urbanización. Cabo Verde.

Introdução

Cabo Verde é um arquipélago, localizado na costa ocidental africana, aproximadamente a 500 km do Senegal, composto por dez ilhas, 6 no Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista) e 4 no Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava), das quais 9 habitadas, com aproximadamente meio milhão de habitantes, embora com uma expressiva comunidade na diáspora, que segundo dados informais, se calcula ser superior à população residente nas ilhas.

No período colonial, Cabo Verde era fundamentalmente rural. Este cenário mudou com a independência em 1975, seguindo atualmente o país a tendência de urbanização que tem ocorrido nos países em vias de desenvolvimento. A população urbana passou de 35,5% em 1980 para 45,9% em 1990 e 53,9% em 2000 e de acordo com os dados do Censo 2010, a população urbana atual é de 62%, estando concentrada sobretudo nos dois principais centros urbanos do País – Praia (Santiago) e Mindelo (São Vicente), com cerca de 198.300 habitantes ou seja 65,3% do total da população urbana do país (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2010). Trata-se de um sistema urbano desequilibrado, em que aproximadamente um quarto da população do país, encontra-se concentrada na Cidade da Praia, Capital do País.

Se tivermos em consideração que a partir de 2010, o País deixou de ter apenas 3 cidades para passar a contar com 24 (fruto de uma decisão política de elevar todas as sedes dos Municípios à categoria de Cidades), esta excessiva concentração da população em apenas duas cidades, (Praia (26,7%) e São Vicente (15,4%)) dá indicações de algum desequilíbrio territorial na distribuição de pessoas, bens e serviços a nível nacional, provocando desta forma, excessiva exploração de recursos numa pequena parcela do território, enquanto a grande maioria continua a ser marginalizado.

Harvey (2013) sugere um paralelo entre a intenção de Marx e a problemática identificada nos Princípios da Filosofia do Direito de Hegel. Ambos identificam uma “dialética interna” que produz uma acumulação crescente da riqueza em um polo e uma acumulação crescente da miséria no outro. O capitalismo não se desenvolve sobre uma superfície plana dotada de matérias primas abundantes e oferta de trabalho homogênea com igual facilidade de transporte em todas as direções. Ele está inserido, cresce e se difunde em um ambiente geográfico variado que abarca grande diversidade na liberalidade da natureza e na produtividade do trabalho, que não é uma dádiva da natureza, mas o resultado de uma história que compreende milhares de séculos.

Harvey (2013) acrescenta ainda que o desenvolvimento geográfico desigual é parcialmente expressado em termos de uma oposição entre forças contrárias que contribuem para a concentração ou dispersão geográfica na circulação do capital e que estas forças produtivas, quase sempre, se concentram nos centros urbanos. Perante este posicionamento, coloca-se algumas questões: Que fenômenos definem hoje as centralidades? Será possível uma equilibrada distribuição de investimentos econômicos no atual modelo de produção econômico mundial? O que teria que ser alterado no atual jogo de relações de poder internacionalmente instituído? Como Cabo Verde e os países ditos subdesenvolvidos se enquadram neste cenário mais amplo de desenvolvimento global e da divisão internacional de trabalho? Como tem sido as dinâmicas regionais e urbanas em Cabo Verde? Acompanham a lógica mundial?

Este artigo pretende refletir sobre as desigualdades regionais e urbanas a nível mundial valendo-se das contribuições de David Harvey e da sua teoria de desenvolvimento geográfico desigual, tendo como exemplo de análise o caso de Cabo Verde. Numa primeira parte é enquadrada a questão das desigualdades regionais e urbanas em Cabo Verde, dentro das transformações mais amplas que vem ocorrendo no mundo desde meados dos anos 70, na sequência da crise de acumulação que atinge as economias capitalistas centrais e que tem levado a uma diversidade de ajustes na esfera produtiva, destacando neste contexto o papel de Estado e o próprio perfil dos governantes locais. Numa segunda parte, são analisados alguns dados sobre o processo de urbanização em Cabo Verde, a tendência para o aumento das disparidades entre as regiões, e seu enquadramento dentro da lógica de acumulação capitalista de financiamento de Grandes Projetos Urbanos, como forma de reinvestimento e escoamento do capital excedente.

Desigualdades regionais e urbanas em Cabo Verde: antecedentes e condicionalismos históricos e políticos

Verifica-se uma certa disparidade territorial e social entre diferentes continentes, países, regiões, Estados e, até mesmo, cidades. Essa desigualdade é um dos maiores problemas da sociedade e é uma das causas que explicam uma boa parte dos conflitos entre os povos. A intensificação desse processo tende a agravar ainda mais os problemas socioeconômicos das pessoas menos favorecidas. Para Harvey (2013) novas forças produtivas têm sido produzidas e distribuídas em toda a face da terra, permitindo que vastas concentrações de capital e trabalho se juntem em áreas metropolitanas extremamente complexas, enquanto os sistemas de transporte comunicações, estendidos em amplas redes, permitem que as informações e as ideias, assim como os bens materiais e até mesmo a força de trabalho, se desloquem com relativa facilidade. Fábricas e campos, escolas, igrejas, centros comerciais, parques, rodovias e ferrovias se espalham por uma paisagem que tem sido indelével e irreversivelmente criada seguindo os ditames do capitalismo.

Porém estas alterações não se deram de modo regular, visto que vastas concentrações de forças produtivas contrastam com regiões relativamente vazias. Concentrações de atividade fixas em um lugar contrastam com um desenvolvimento relativamente flexível e disperso em outro. Tudo isso resulta no que Harvey chama de “desenvolvimento geográfico desigual” do capitalismo (2013).

O aparente caos da diferenciação geográfica, é uma condição necessária para a acumulação do capital começar

Foi, afinal, em pequenas aldeias e vilas, com nomes como Manchester e Birmingham, onde os controles sociais e políticos eram falhos, e não nos grandes centros urbanos, como Norwich e Bristol, onde os controles políticos corporativistas prevaleceram, que a revolução industrial começou na Inglaterra. E foi em pequenas feitorias, com nomes como Chicago, nos Estados Unidos, onde continuou. Portanto, a diversidade geográfica é uma condição necessária, e não uma barreira, para a reprodução do capital. Se a diversidade geográfica não existe, então tem de ser criada (HARVEY, 2011, p. 132).

Aqui destaca-se o papel do espaço no sistema capitalista de produção, constituindo-se elemento integrante dos ciclos de acumulação de capital e válvula de escape de suas crises periódicas, independentemente de também expressar limites e contradições inerentes ao

sistema. Pois a economia e as configurações territoriais interatuam reciprocamente. O poder e o dinheiro se reforçam mutuamente (SOMEKH e GASPAR, 2012).

Em Cabo Verde as disparidade entre as regiões tem reflexos na distribuição das pessoas e rendimentos. Dos 22 municípios que compõem o país, 14 encontram-se localizados nas ilhas do Sul, acolhendo só a ilha de Santiago 9 Municípios e praticamente metade da população de todo o país. Esta configuração e distribuição dos aglomerados populacionais, de certa forma, terá tido as suas raízes já no período colonial, e nas funções/vocações que cada ilha desempenhou nesse período.

A ilha de Santiago, a maior, em termos de dimensão geográfica e populacional, desempenhou um papel notável, particularmente no tocante ao estabelecimento de entreposto comercial para o tráfico de escravos, que tem como exemplo de referência a Ribeira Grande de Santiago, uma das mais antigas cidades fundadas pelos Europeus na África Subsaariana (AMARAL, 1991). Paralelamente a ilha de São Vicente marcou a sua importância e se destacou pela dinâmica e do seu Porto, que servia como ponto de abastecimento de carvão dos navios em rota pelo Atlântico.

Deste modo, ao longo deste período, com a exceção das cidades da Praia (Santiago) e Mindelo (São Vicente), os restantes aglomerados existentes no país, tinham fraca expressão populacional e eram marcadamente de cariz rural, com predominância da atividade agrícola e pecuária.

Com a independência, o país começa gradualmente a seguir a tendência para a urbanização. Este facto fica patente na análise de dados estatísticos relativos a evolução da população urbana no país, nos últimos 35 anos. De acordo com os dados, ela passou de 35,5% em 1980 para 45,9% em 1990 e 53,9% em 2000. Dados de 2010, indicam que a população urbana era de 62%, continuando a tendência para a concentração nos dois principais polos urbanos do país – Praia e Mindelo (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2010). É de se sublinhar o peso que os fatores geográficos e históricos tem no desenvolvimento desigual das ilhas e das cidades do país, contudo é de se destacar a reprodução no tempo e no espaço desta tendência, de certa forma consentida, perpetuada e reforçada pelos poderes públicos, representado pelos sucessivos governos que o país teve desde 1975, altura que obteve a sua independência.

Harvey (2004) defende que as “diferenças”, mais que processos históricos, são perpetuamente reproduzidas por meio de processos político-económicos e socioecológicos que

ocorreram no passado e que ocorrem no momento presente, cada vez mais aceleradas pela “globalização”, perversamente potencializadas e apropriadas pelas forças capitalistas em seu próprio benefício. A ideologia burguesa tende a naturalizar e universalizar as formas e as relações sociais específicas do modo de produção capitalista, bem como o desenvolvimento geográfico desigual. Acrescenta ainda que:

[...] uma escala ampla, a das práticas imperialistas, a exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, ao aproveitarem-se das assimetrias inevitavelmente advindas das relações espaciais monopolistas – não leais e desiguais - de troca, as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica (HARVEY, 2004, p. 35).

O autor constata que a riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. Portanto, as condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos e vantagens de localização, mas também produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca (HARVEY, 2004).

Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele. Em suma, o Estado é a entidade política, o corpo político mais capacitado para orquestrar esses processos. Portanto aqui Harvey destaca o papel determinante do poder público, representado pelo Estado, no direcionamento e foco dos investimentos e das políticas públicas bem como sua espacialização e distribuição. Para compreendermos bem como tem sido o papel do Estado em Cabo Verde, convém fazer um pequeno apanhado do que foi a trajetória política deste pequeno país insular, na sequência da luta de libertação nacional.

Cabo Verde conquista formalmente a independência no dia 5 de Julho de 1975, assumindo o PAIGC (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) o poder, após quase duas décadas de luta armada contra a antiga potência colonizadora, Portugal. Este partido com o apoio dos antigos países do bloco Leste, procurou implementar o modelo socialista de organização política e económica do país, sem contudo nunca ter assumido formalmente o comunismo.

Neste sentido, o Estado cabo-verdiano assumiu para si a prerrogativa de constituir e gerir as grandes empresas no ramo alimentar, construção civil, transportes aéreos e marítimos, etc. Ideias como a “*a terra para quem trabalha*” ou o “*poder nas mãos do povo*” se enquadraram

perfeitamente no âmbito de um conjunto de programas com vista á reforma do sector agrário, e uma mais equitativa distribuição das terras (BORBA e ANJOS, 2012). O emprego público nas obras de infraestruturaração do país, sobretudo nas zonas rurais, eram parte integrante das políticas sociais com vista ao combate à pobreza e exclusão social.

Este modelo de economia centralizada perdurou até os finais da década de 1980, numa altura que o sistema vigente começa a sofrer algum desgaste interno em paralelo com as mudanças que vão ocorrendo no contexto internacional. Com a queda do muro de Berlim em 1989 e a consequente falência do modelo soviético, o PAICV se viu obrigado a alterar o rumo de governação do país com algumas propostas de abertura económica. Contudo, as pressões internas e internacionais fizeram com que se desse a abertura política no ano seguinte, com as alterações constitucionais que permitiram o surgimento de novos partidos políticos, sendo o MDP (Movimento Para Democracia) um dos protagonista deste processo.

Com a abertura democrática e a realização das primeiras eleições multipartidárias a 13 de Janeiro de 1991 em que o MPD sai-se vencedor com maioria qualificada, o país entrou numa nova era, surgindo se um novo conceito de Estado, muito associado ao mercado e as políticas neoliberais. É abandonado o modelo centralista, as principais empresas públicas foram privatizadas, o Estado paulatinamente abandona o papel interventor na economia dando assim mais espaço á iniciativa privada. O investimento privado e estrangeiro ganham um grande destaque sobretudo em sectores como o turismo.

O modelo de organização e acumulação capitalista foi se consolidando ao longo dos anos e culminou nos últimos tempos com a adesão do país a um conjunto de acordos e convenções internacionais (entrada como membro da OMC, parceria especial com a União Europeia, etc.).

Depois de duas décadas como país democrático, frequentemente caracterizado como uma democracia estável, o país tem-se destacado no contexto regional e internacional pela sua estabilidade social e política e sobretudo pela sua boa governação, com reflexos positivos nos indicadores socioeconómicos, (vai ser dos poucos países africanos a conseguir atingir todos os grandes objetivos de desenvolvimento do milénio) apesar de desprovido de recursos minerais.

Deste modo, o percurso histórico e político de Cabo verde, como país, ficou marcado pela abertura política e económica no início da década de 90. Como consequência o país tem acompanhado a tendência universal de aumento das desigualdades sociais que se alargaram a todos os países que aderiram à política económica neoliberal.

Harvey (2004) aponta que a classe dominante para manter a hegemonia econômica e política precisa fazer concessões às classes dominadas e o faz através do Estado que elabora leis favoráveis ao trabalhador e políticas públicas que levam as classes dominadas a aceitar e conviver com a dominação ideológica da burguesia. O autor defende ainda que o Estado burguês, através de suas regras contratuais, de suas instituições de mercados, de seu corpo normativo, e de suas estruturas de regulação tem um papel chave na acumulação original e, ainda hoje, é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global. Alerta que a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual mesmo na ausência da diferenciação geográfica em termos de dotação de recursos e de possibilidades.

O processo histórico de concepção e evolução de Cabo Verde e de todo o continente africano bem como de vários outros Estados/Nação (ou não) designados de sul, confirmam o posicionamento de Harvey (2004) na medida em que se afirmaram pelos mesmos paradigmas em que as influências estrangeiras, sobretudo provenientes do norte, acabaram por condicionar a trajetória e o rumo dos países, impondo transformações locais que no fundo se vinculam a tendências muito mais amplas, que nem sempre são facilmente visíveis ou evidentes.

O poder e as pretensões hegemônicas do Norte liderados pelos Estados Unidos se relevam presentes em espaços estratégicos com vista ao controle de segmentos ligados a segurança, comércio, etc. Exemplo disso é a inserção de Cabo Verde e de todo o continente africano no quadro da AFRICOM (Comando dos Estados Unidos para África, um dos seis quartéis-generais militares regionais do Departamento, atualmente um subcomando unificado sob o Comando dos EUA na Europa) que abarca um total de 53 países africanos e com um orçamento anual de 276 milhões de dólares (dados de 2012)¹.

Paralelamente, no segmento econômico o AGOA - African Growth and Opportunity ACT, programa que prevê reformas nos países africanos, configurando o acesso mais liberal ao mercado norte-americano, acaba por representar na prática a garantia do controle total do mercado africano, pelas empresas norte-americanas.

Para Harvey (HARVEY, 2008) a atuação das forças de classes internas e externas à nação-Estado, a predominância das idéias dominantes e seu poder sobre o encaminhamento da operacionalidade estatal em fases recessivas, a fuga de capitais em momentos de crises, a recusa em se investir e a especulação financeira, ou ainda, a possibilidade das crises serem

¹ Fonte: <http://www.africom.mil/>.

deliberadamente arquitetadas para facilitar a acumulação por espoliação, constituem-se na expressão mais nítida do desenvolvimento geográfico desigual, sendo este “[...] um resultado da diversificação, da inovação e da competição (por vezes de tipo monopolista) entre modelos de governança nacionais, regionais e mesmo metropolitanos quanto o foi da imposição por algum poder hegemônico externo, como os Estados Unidos.

Em análise atual da dinâmica acumulacionista do capitalismo o autor coloca que o programa neoliberal orquestrado pela política econômica dos EUA, através de órgãos supranacionais como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, Tesouro dos EUA, o Banco Mundial, dentre outros, disseminado em escala mundial pelo que ficou conhecido como Consenso de Washington, tinha por meta primordial

abrir ao máximo o mundo ao livre fluxo de capitais (ainda que sempre com a cláusula de proteção de “interesses nacionais” essenciais [nesse caso dos epicentros da economia neoliberal]), pois esse era o fundamento da capacidade do poder financeiro norte-americano, bem como europeu e japonês, de extrair tributos do resto do mundo’ (HARVEY, 2008, p. 103).

Em Cabo Verde o modelo de organização capitalista se afirmou de tal forma, nos últimos 25 anos, que existe uma presença constante destes órgãos internacionais no país e um controle rigoroso e frequente dos assuntos internos do país pelos mesmos. Nas últimas décadas, vários foram os acordos, as convenções internacionais e as organizações que o país integrou, dos quais se destacam a aprovação do Estatuto especial com a União Europeia, a adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio e a entrada no grupo dos Países de Rendimento Médio.

A aprovação do Estatuto de Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde nos final do ano 2007, foi motivo de grande satisfação pelas autoridades caboverdianas que, na altura argumentaram que o acordo “significa que já partilhamos os mesmos valores da União Europeia, nas questões da boa governação, no respeito pelos Direitos Humanos e pelos Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos. Vamos aproximarmo- nos da Europa”, sustentou o primeiro ministro de Cabo Verde, realçando que Cabo Verde ultrapassa, assim, a “lógica da Ajuda Pública ao Desenvolvimento”, passando a integrar as discussões sobre “áreas comuns de interesse”. “Entramos num novo patamar e vamos beneficiar de uma série de mecanismos e de políticas que só estavam assegurados aos europeus, nomeadamente em projectos de segurança,

de estabilidade económica, ambiente, inovação, tecnologia, desenvolvimento e educação, entre outros temas”)².

Entretanto, passados uma década da aprovação do Estatuto fica-se com a sensação que os resultados do acordo ficaram muito aquém das expectativas criadas, com tendência para ficar tudo ainda mais incerto tendo em consideração os momentos difíceis por que passa o continente europeu. No ano seguinte, em 2008, Cabo Verde tornou-se no 153º Estado membro da Organização Mundial do Comércio, sendo o primeiro país africano e o terceiro País Menos Avançado a conseguir este marco por via negocial. As supostas vantagens advenientes desta adesão relacionam se com uma “maior confiança dos investidores no país ao propiciar-se a expansão do mercado e a realização de negócios num ambiente mais seguro e estável, e ainda a possibilidade de melhoria da qualidade de prestação de serviços, uma vez que tudo passa a ser norteado por padrões e regras do comércio internacional”.

Curiosamente as “vantagens” destes tipos de acordos são sempre amplamente divulgadas nos meios de comunicação social e discursos oficiais, contudo e apesar de constarem de alguns documentos oficiais e trabalhos académicos, as desvantagens raramente são mencionadas pelas entidades públicas que tratam da matéria.

Também em 2008 Cabo Verde saiu do grupo de Países menos avançado para o grupo de Países de Desenvolvimento Médio. Contudo, tendo em consideração a sua vulnerabilidade, típico de estados insulares, a sua boa governação e ainda a sua grande dependência da ajuda externa e remessa dos emigrantes, foi possibilitado ao país continuar a beneficiar do apoio dos seus principais parceiros, mantendo ainda uma relação económica muito forte com Portugal e alguns países da União Europeia.

Estes exemplos de acordos, parcerias e entradas em organizações servem apenas para mostrar como um pequeno país arquipelágico, desprovido de recursos minerais, dependente das ajudas e das remessas da sua diáspora, torna-se ainda muito mais vulnerável e suscetível de alinhar com as práticas e políticas neoliberais hegemónicas, quando se está na presença de um Estado submisso e amarrado ao sistema e as regras do modo de organização capitalista (FERREIRA, 2015).

Não vai ser seguramente fácil para o país manter o estatuto de País de Rendimento Médio, reduzir as desigualdades regionais e urbanas, aumentar a qualidade de vida da sua população e

² Retirado em <file:///C:/Users/Lena/Downloads/file145.pdf>, 01 de Agosto de 2015

simultaneamente reduzir a dependência que ainda tem das ajudas dos seus parceiros económicos.

Por outro lado, não se advinha simples, concretizar toda a retórica capitalista amplamente assimilada e assumida pelo Estado cabo-verdiano de promover o empreendedorismo, fortalecer o setor privado, criar um bom ambiente de negócios, atrair mais investimentos, num país em que cada vez mais os sindicatos e a sociedade civil em geral têm mais consciência do seu poder para o normal funcionamento do jogo democrático. De frisar ainda que nos últimos tempos, observa-se que no país, tem surgido alguns grupos reivindicativos da sociedade civil, e que tem estado a valer-se, com algum sucesso, do poder das redes sociais como instrumento de mobilização, para congregar apoios e manifestar a sua indignação perante questões com as quais não estão de acordo. Também tem-se tornado comuns, posicionamentos contra grandes projetos urbanos de duvidosas eficácia e utilidade pública levados a cabo por empresas multinacionais, na maioria das vezes com um grande potencial para impactar negativamente os recursos ambientais e a sociedade no seu todo. Nestas situações, e perante a propaganda a volta da criação de emprego, as entidades públicas mostram-se submissos, cooperantes e totalmente permissivos com esta lógica capitalista de circulação de capital financeiro excedente.

Cabo Verde no contexto global: a lógica capitalista dos grandes projetos urbanos

A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital. Uma proporção significativa da força de trabalho total global é empregada na construção e manutenção do ambiente edificado. Grandes quantidades de capitais associados, geralmente mobilizados sob a forma de empréstimos a longo prazo, são postos em movimento no processo de desenvolvimento urbano. Esses investimentos, muitas vezes alimentados pelo endividamento, tornaram-se o epicentro de formação de crises (HARVEY, 2011).

Nas últimas décadas, os grandes projetos urbanos vem sendo disputados por cidades de distintos tamanhos e características como a via preferencial para atrair investidores e potencializar as vantagens competitivas de cada núcleo urbano. De acordo com Somekh e Gaspar (2012) não são propriamente novidades no desenho das grandes urbes. Porém na atualidade sua dimensão conectividade global e íntima vinculação ao processo de reestruturação produtiva em curso os diferenciam. Sua lucratividade advém dos vultosos incrementos no preço

da terra advindos dos investimentos imobiliários projetados e do ciclo especulativos que a perspectiva de altos negócios provoca. Seu vínculo com a globalização financeira é evidente, constituindo canal preveligiado de escoamento para capitais excedentes (muito deles de origem duvidosa) de todo o mundo.

Os grandes projetos urbanos se encaixam nessa nova realidade, pelo potencial e acumulação privada que ostentam, agregando múltiplos interesses financeiros e imobiliários de poderosos grupos internacionalizados.

Como já se referiu anteriormente, o Estado, em qualquer dos seus níveis, é muitas vezes conivente com estes processos já que participa economicamente destes projetos. na condição de regulador, prestamista e investidor direto, embora na qualidade de avalista dos lucros privados. Ainda de acordo com Somekh e Gaspar (2012) tais resultados derivam diretamente das características da economia mundial contemporânea e da captura dos interesses públicos pela lógica financeira. A centralização econômica produzida e alimentada pelo mercado requer uma determinada centralização espacial do mesmo capital. A elevação dos preços do solo urbano é a expressão paradigmática de uma vantagem privada e unilateral, que emerge de um processo coletivo, a urbanização.

Nas duas ultimas décadas, esta questão está cada vez mais evidente em Cabo verde. Na sequencia da liberalização económica e abertura do país, varios foram os investimentos registados na urbanização, quer atraves de financiamento de grandes projetos urbanos de infraestruturacao como estradas, barragens de retenção de água, portos e aeroportos, escolas, hospitais, centros de saude, quer atraves de investimentos em empreendimentos turísticos e imobiliarios por empresas multinacionais. Os principais parceiros bilaterais de Cabo Verde nos últimos tempos tem sido a China, Luxemburgo, Portugal, Espanha e Estados Unidos. Os grandes parceiros multilaterais são a União Européia, o Banco Africano de Desenvolvimento, as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Cabo Verde recebe também pequenos contributos do Japão, Kuwait, Arábia Saudita e Angola. O país está a reforçar a cooperação Sul-Sul, particularmente com o Brasil e China, com vista a tirar partido da sua posição estratégica privilegiada para o comércio transatlântico.

O boom de investimentos em infraestruturas, equipamentos e projetos de urbanização que marcou o país entre 2000 a 2007, teve uma quebra com a crise de 2008, que por motivos já expostos neste artigo, atingiu fortemente o setor imobiliário. Pode-se citar como exemplos de grandes projetos urbanos que eventualmente estarão enquadradas dentro da lógica capitalista de

reinvestimento do capital excedente, o aeroporto da Praia, a circular da Praia, asfaltagem Praia Santa Catarina, expansão do Porto da Praia, o Programa casa para todos, barragens de retenção de água para agricultura, etc.

Somekh e Gaspar (2012), argumentam que de um ponto de vista crítico os Grandes Projetos Urbanos acabam quase sempre associados a valorização do solo, concomitante elevação do preço dos imóveis, desalojamento de populações e empresas incapacitadas de pagar pelo preço da terra, elitização de espaços melhor localizados, segregação socioespacial e espraiamento do crescimento urbano, ocasionando congestionamento, prejuízos ambientais e acréscimo de custos, decorrentes da expansão dos serviços públicos.

A verdade é que também em Cabo Verde este período de investimento acelerado em grandes projetos urbanos foi marcado por uma forte especulação fundiária, provocando uma acurada caça à terra tanto por entidades privadas como pelo Estado, que trataram de garantir que os seus supostos terrenos estivessem devidamente salvaguardados, para possíveis integração ou valorização no âmbito dos investimentos imobiliários previstos.

Infelizmente atualmente no país, em muitos casos, não é claro quem tem os direitos de titularidade sobre o prédio, não tendo sido nada pacífico a delimitação física da propriedade entre o Estado e as Autarquias Locais e, por vezes, entre estas e os privados, devido a uma complexa situação administrativa, em virtude da ausência de um cadastro predial que garanta a correta identificação dos prédios, com as respectivas confrontações.

Esta situação gerou e ainda continua a gerar algum mal estar e múltiplas disputas e conflitos a volta da posse e titularidade de terrenos, gerando situações de ocupações indevidas de terreno, expropriação de terrenos privados pelo Estado para a implantação de grandes projetos urbanos, perante revoltas sociais que inclusive envolvem situações em que até hoje não foram pagas as devidas indemnizações.

Porém, convém mais uma vez reforçar que esta lógica capitalista, que conforme já se disse, tem como foco estratégico a maximização da circulação do capital e do trabalho, só tem viabilidade se as instituições públicas forem coniventes e se associarem ao sistema. Aqui o papel do Estado acaba por condicionar o rumo dos acontecimentos e estabelecer os limites que o capital internacional pode ter na configuração sócio espacial e dinâmica do desenvolvimento nacional.

Harvey (2013) argumenta neste sentido colocando que o Estado assume o papel de gerente geral da produção e reprodução das infraestruturas sociais (incluindo ele próprio), a

forma de organização hierárquica do Estado é posicionada para discriminar entre os aspectos local, regional nacional e supranacional dos fluxos de valor.

A organização territorial do Estado torna-se então a configuração geográfica dentro da qual a dinâmica do processo do investimento é elaborada. Os Estados são então obrigados a competir entre si pela provisão de condições infraestruturais atrativas para o capital são e obrigados a competir por capital financeiro. Em consequência disso, o Estado perde o seu poder para dominar politicamente o capital e é pressionado para assumir uma postura subserviente.

[...] na medida em que a desvalorização e a destruição dos complexos recursos humanos se tornam necessárias no decorrer de uma crise, os Estados são colocados uns contra os outros em uma vigorosa competição em relação a qual deles deve arcar com o custo dessa desvalorização e dessa destruição social. O princípio geral da desvalorização específica do lugar é então convertido, pelo menos nessa esfera particular, na questão das desvalorizações e da destruição social específicas do Estado (HARVEY, 2013, p. 400).

A Lógica e o discurso capitalista de competição entre territórios para a atração de investimentos tem sido totalmente assumido nos discursos, nos documentos oficiais e nas estratégias de desenvolvimento traçadas pelo Estado Cabo-verdiano. Desde anos noventa do século passado que os sucessivos governos locais e centrais tem insistido na questão do reforço da descentralização e maior autonomia das localidades como forma de conseguir uma melhor competitividade e atração de investimentos externos.

Fernandes (2001) alerta que,

[...] diante do recolhimento da escala nacional, o poder local se reconstitui no sentido de construir um sistema regulatório que guie as práticas da vida cotidiana, através do qual se diferencie de outras localidades com as quais disputa a hospedagem de novos investimentos externos. Intensificam-se as diferenciações entre as localidades, o que acentua a fragmentação territorial e regulatória no interior de uma mesma nação (FERNANDES, 2001, p. 33).

A autora frisa ainda que apesar do processo de homogeneização do espaço que a globalização induz, esta busca frenética por diferenciações ao mesmo tempo mina a solidariedade nacional e do trabalho, exarceba a fragmentação da sociedade, do mercado de trabalho e do território e lança a localidade num sistema globalizado de acumulação, sobre o qual exerce comando absolutamente inexpressivo. O mais grave é que o próprio poder local contribui para a

centralização do capital, ao inverter prioridades, desviando recursos públicos para atender a interesses corporativos em sua movimentação pelo mundo afora, além de intensificar diferenças entre níveis salariais e arranjos nas condições de trabalho nas diferentes localidades que resultaram em padrões de estratificação social territorialmente divergentes e mercados de trabalho altamente fragmentados. O grau de comando que os capitais transnacionais hoje detêm sobre a reprodução do trabalho e do território nos espaços economicamente exploráveis do planeta é portanto imenso (FERNANDES, 2001, p. 34).

No caso de Cabo Verde esta situação torna-se ainda mais evidente dado que a sua condição de país arquipelágico acentua a sua fragmentação, fazendo com que a corrida frenética das ilhas e dos municípios para a alocação dos investimentos provoque alguns posicionamentos bairristas e situações de tensões entre as regiões, motivando e servindo de suporte para frequentes apelos ou reivindicações a volta da velha questão da regionalização do país, ainda que ninguém saiba ao certo o que significa isso para o país.

O facto é que apesar dos discursos e algum esforço de descentralização dos investimentos pelas diversas ilhas do país, a lógica da acumulação e concentração, típico do sistema capitalista, está também a ser reproduzida em Cabo Verde, fazendo com que cada vez mais se reforce a tendência para a Praia monopolizar os fluxos de investimentos, pessoas e circulação de capital. Basta analisar os dados do último censo, para constatar que é cada vez mais notório o peso que as Cidades da Praia (ilha de Santiago) e do Mindelo (ilha de São Vicente) gradualmente conquistam no contexto da rede urbana nacional, contribuindo deste modo, para o reforço na configuração de um sistema urbano visivelmente desequilibrado e bipolarizado.

Aproximadamente um quarto da população está concentrado na cidade da Praia que hoje é claramente o maior centro económico e de geração de riqueza do país, concentra toda a estrutura dos recursos humanos, financeiros e administrativos, constituindo-se também a sede político-administrativa nacional, com as representações do Governo e do Parlamento, bem como toda a estrutura do aparelho judicial. Monopoliza toda a dinâmica económica do país, contribuindo bastante para a desigualdade regional que existe atualmente.

O capitalismo é uma sociedade de classe que se destina à produção perpétua de excedentes (HARVEY, 2011). Isso significa que está sempre produzindo as condições necessárias para a urbanização ocorrer. Na medida em que a absorção dos excedentes de capital e o crescimento das populações são um problema, a urbanização oferece uma maneira crucial para absorver as duas coisas. Daí surge uma conexão interna entre a produção de excedente, o crescimento populacional e a urbanização.

Cada área urbana do mundo teve seu *boom* na construção em meio a uma enxurrada de imigrantes pobres que, simultaneamente, criaram um planeta favela. Em Cabo Verde o crescimento demográfico desigual nas áreas urbanas tem provocado situações de enorme pressão sobre o espaço físico e recursos urbanos, na maioria dos casos não acompanhado dos serviços e infraestruturas necessários para cobrir as necessidades da população, sobretudo nos principais centros urbanos como Praia (Santiago), Mindelo (São Vicente), Sal-Rei (Boa Vista), Espargos (Sal) e Assomada (Santiago), originando desta forma um crescimento incongruente pela ausência ou insuficiência de planeamento adequado, espaços públicos, equipamentos e infraestruturas urbanísticas.

A cidade da Praia, por razões já apontadas, representa o rosto deste problema na medida em que o seu rápido crescimento populacional não foi acompanhado pelas condições de habitabilidade relacionadas principalmente com a questão da habitação e saneamento básico. Uma parte bem expressiva da população que hoje vive na capital, vive em bairros ditos informais, que se originaram de forma espontânea de construção sem nenhum plano de suporte para a sua implantação. A grande maioria destes bairros não estão ligados a redes de esgoto, padecendo por isso de algumas insuficiências que derivam deste déficit.

Constata-se assim, o crescimento das áreas e loteamentos espontâneos, na maioria dos casos em zonas de riscos de alagamento e de acessibilidade difícil (áreas de declives acentuados, fundo de vales, áreas de duvidosa segurança geotécnica, etc.), e vulneráveis aos riscos naturais ou de origem humana. O deficiente controle e fiscalização por parte das autoridades locais, associado a grande demanda de solos para a construção de habitação, essencialmente pela camada populacional economicamente desfavorecida, são alguns dos fatores que têm contribuído para agravar este fenómeno.

A tendência é para as habitações espontâneas se intensificarem, tornando-se um problema cada vez mais complexo para as autoridades. A ausência de políticas locais de solos e de habitação consistentes e as deformações no mercado de solo, o ambiente económico cada vez mais competitivo, não tem possibilitado a democratização do acesso à propriedade, defesa e integração adequada dos mais vulneráveis.

Os setores da Habitação e do Saneamento Básico são considerados os mais problemáticos no contexto urbano do país, essencialmente nos Concelhos de cariz turístico como Sal Rei e Espargos e os mais populosos como são exemplos as Cidades da Praia e do Mindelo.

No tocante à habitação, o défice é elevado, afetando todas as camadas de rendimento, mas produzindo impactos maiores sobre segmentos de população de menor rendimento, excluídos do mercado formal de habitação. A estimativa é de cerca de 42 mil fogos, no que tange ao défice básico ou quantitativo, sendo 70,7% (29.957) no meio urbano. Estima-se em cerca de 68 mil fogos o défice qualitativo (domicílios inadequados). Em meio urbano o défice qualitativo atinge mais de metade do valor total estimado (51,6%), de acordo com os dados do IFH (Imobiliária Fundiária de Habitat).

O governo elegeu a política social de Habitação como uma das prioridades das políticas públicas para os próximos anos. Neste âmbito, elaborou-se em 2009, um plano de ação designado de “Programa Casa Para Todos”, que define a visão, a missão, os eixos estratégicos, as metas e, um conjunto de programas e projetos, que deverão resultar na redução efetiva do défice habitacional nacional nos próximos anos.

A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção do excedente (FERNANDES, 2001). A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra. Mesmo nas favelas da autoconstrução de moradias, o ferro ondulado, as caixas de embalagem e as lonas foram primeiro produzidos como mercadorias.

O “Programa Casa Para Todos” definido como um conjunto integrado de medidas de política, programas e ações que institua uma dinâmica contínua e sustentada para o combate ao défice habitacional nacional, contribuindo para concretização progressiva da habitação condigna, a requalificação dos espaços urbanos e a valorização dos recursos fundiários foi possível graças à uma Linha de Crédito obtida junto do governo português, no valor de 200 milhões de euros para a produção de Habitação de Interesse Social.

Nos termos definidos no Acordo de Financiamento, os projetos de iniciativa governamental, em estreita articulação com os municípios, devem ser executados por empresas cabo-verdianas e portuguesas consorciadas.

Muitas foram as críticas à esse programa no tocante a falsa perspectiva criada a volta de criação de postos de trabalho local e empoderamento de empresas cabo-verdianas de construção civil. No fundo este programa também se enquadra nos exemplo de grandes projetos urbanos que tem sido implementados em Cabo Verde para dar vazão a necessidade de reinvestimento e

consequente escoamento do capital excedente que tem entrado no país através de empréstimos a longo prazo.

Considerações Finais

Feitas estas reflexões e retomando as questões inicialmente colocadas, pode-se dizer que, cada vez mais torna-se mais difícil colocar a possibilidade de um igual desenvolvimento geográfico, em economias capitalistas, partindo do reconhecimento de que o modo capitalista de produção é intrinsecamente produtor de desigualdades e que estas acabam sempre por ter uma expressão geográfica. Deste modo, o capitalismo moderno cria as condições favoráveis para uma divisão territorial do trabalho, em que as fortes dinâmicas regionais e as rápidas alterações espaciais propiciem que espaços economicamente relevantes do passado se tornem inexpressivas no presente e outros insignificantes se tornem verdadeiros centros industriais. Nesta dinâmica, os excedentes gerados pelo regime de acumulação capitalista são desigualmente distribuídos pelas cidades, assistindo-se a sua fragmentação e empresarialização.

Países designados de “sul” como Cabo Verde, continuam submetendo-se às regras e imposições de forças definidas pela geopolítica econômica mundial, cabendo-lhes o papel que lhes permitir as potências hegemônicas do Norte.

Neste processo todo, destaca-se o papel do Estado, que face ao alinhamento as práticas neoliberais, deixa de ser um garante de bem estar social, perde forças e é gradualmente substituído pelo mercado cada vez mais forte e que dita as regras do jogo.

Curiosamente, neste puzzle de complexas interações, relações de poder, jogos de interesses e medições de força, não é na figura do Estado que reside os tais espaços de esperanças de que faz referência David Harvey, mas na própria sociedade civil, que mesmo nos países ditos periféricos como é o Caso de Cabo Verde, começa a dar sinais de que este jogo ainda não tem um vencedor e que as vozes contra o sistema continuarão a ser ouvidas.

Referências bibliográficas

AMARAL, I. **História Geral de Cabo Verde**: Introdução geográfica. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.

BORBA, C.; ANJOS, J. C. D. Questão fundiária em Cabo Verde: posse tradicional vs propriedade da terra em São Salvado do Mundo. **Revista Conjuntura Austral**, 3, 2012.

FERNANDES, A. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: licões urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. Espaços & debates. **Revista de estudos regionais e urbanos. Aliança e competição entre cidades**, São Paulo, 41, 2001. 26-41.

FERREIRA, V. Os objetivos do milénio: o posicionamento de Cabo Verde nos degraus da escada de acesso ao desenvolvimento. **Atas do V e VI Encontros de Jovens Investigadores Cabo-Verdianos - EJIC**, Cidade da Praia, 2015.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: historia e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)**. Cidade da Praia: INECV, 2010.

SOMEKH, N.; GASPAR, R. Capital excedente e urbanização. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, São Paulo, 14, 2012. 133-144.